

Programa de Pós-Graduação



Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos

PLANO ESTRATÉGICO

PLANO ESTRATÉGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS (PPGPJDH-UFT)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
EM PARCERIA COM A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE (ESMAT)

Palmas – TO

Dezembro 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB/UFT

P712 Plano estratégico Programa de Pós-graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH-UFT). / organização: Glacielle Torquato, Gustavo Paschoal, Maria Luiza C. P. Nascimento, Patrícia Medina, Tarsis Barreto Oliveira -- Palmas, TO: UFT/ESMAT, 2022.
20f.:il.

Plano estratégico desenvolvido em parceria Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (UFT/ESMAT)

1. Planejamento estratégico. 2. Pós-graduação. 3. Direito. I. Título. II. Universidade Federal do Tocantins. III. Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

CDD 378

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte

REITORIA UFT

Luís Eduardo Bovolato
Reitor

Marcelo Leineker Costa
Vice-Reitor

Emerson Subtil Denicoli
Chefe de Gabinete

Jaasiel Nascimento Lima
Pró-reitor de Administração e Finanças

Kherley Caxias Batista Barbosa
Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários

Eduardo Andrea Lemus Erasmo
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Maria Santana Milhomem
Pró-reitora de Extensão e Cultura

Vânia Maria de Araújo Passos
Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Eduardo José Cezari
Pró-reitor de Graduação

Raphael Sanzio Pimenta
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

DIRETORIA ESMAT

Diretoria Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial
Desembargadora Angela Issa Haonat

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Wellington Magalhães

Diretoria Executiva
Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Maria Luiza C. P. Nascimento

Assessoria Acadêmica e Pedagógica
Débora Regina Honório Galan

MEMBROS COMISSÃO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Glacielle Torquato - Tribunal de Justiça do Tocantins - Egressa do MPPJDH

Gustavo Paschoal - Universidade Federal do Tocantins

Maria Luiza C. P. Nascimento - Escola Superior da Magistratura Tocantinense - Esmat

Patrícia Medina - Universidade Federal do Tocantins - Presidente

Tarsis Barreto Oliveira - Universidade Federal do Tocantins

CORPO DOCENTE DEZEMBRO DE 2021

Aloisio Alencar Bolwerk

Antônio Carlos dos Santos

Carlos Mendes Rosa

Diva Júlia Sousa da Cunha Safe Coelho

Fabrcio Macedo Motta

Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira

Lia de Azevedo Almeida

Liliana Pena Naval

Oneide Perius

Patrícia Medina

Paulo Sérgio Gomes Soares

Tarsis Barreto Oliveira

Vinicius Pinheiro Marques

Henderson Fiist de Oliveira

Liziane Paixão Silva Oliveira

Tiago Gagliano Pinto Alberto

Valter Moura do Carmo

O PROGRAMA

O Programa de Pós-Graduação Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PMPJDH) iniciou suas atividades em 2013, proveniente da cooperação entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) havendo um compromisso social de otimização do investimento na qualificação de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins, defensores e servidores da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, professores e servidores da Universidade Federal do Tocantins e profissionais atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos, com vista ao exercício das atividades primordialmente no estado do Tocantins, em atividades que envolvam a melhoria da prestação jurisdicional e promoção dos Direitos Humanos nas instituições que integram o sistema de justiça.

A inserção de atuação das instituições parceiras UFT e Esmat se dá no contexto sócio-geográfico do estado do Tocantins no qual as atividades econômicas baseiam-se na produção agrícola e pecuária, no processamento de madeira, indústria de alimentos e construção civil e no potencial, ainda não explorado, de jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro. (Sebrae, 2020)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), no Estado do Tocantins existem 1.313 escolas de ensino fundamental; 341 escolas de ensino médio, totalizando 309.567 matrículas. São 31 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas quatro são públicas, e 50.421 mil estudantes matriculados nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, registrados em 2019.

A UFT em seu Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta como desafios a serem enfrentados: a entrega de uma educação inovadora com excelência acadêmica; a inclusão social com entrega de produtos e serviços de qualidade sejam capazes de fazer a diferença na vida dos indivíduos por ela afetados; a inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo como ferramenta essencial para o desenvolvimento da universidade em busca da qualidade e excelência do ensino, deixando evidente que o reconhecimento social, como desafio social, é parte desse processo, pois contribui para que a universidade se perpetue no ambiente educacional e tenha condições de ser reconhecida pelo primor de suas ações perante a sociedade e, os mecanismos

de governança pública tendo em vista o aprimoramento e a integração das atividades para o bem comum (PDI, UFT, 2021-2025)

No contexto do Tribunal de Justiça a orientação estratégica está voltada para a Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais; Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos, Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios, Promoção da Sustentabilidade, Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal, Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária (PDI, TJTO, 2021-2026)

Tendo em vista colaborar na concretização dos planos institucionais das instituições parceiras, o PMPJDH agregava 13 Docentes Permanentes em 2020. Todos os docentes se dedicavam pelo menos 15 horas semanais ao Programa. nove docentes (69,2%) trabalhavam em regime de dedicação exclusiva. A atuação e formação dos docentes não se encontra em uma única área, abarcando formações em direito; educação; meio ambiente e agrárias; ciência da computação; sociologia; tratamento e prevenção psicológica e filosofia

Na organização curricular a orientação teórico-metodológico é interdisciplinar organizada em disciplinas obrigatórias: 4; Disciplinas Optativas: 15; Atividades Programadas mínimas com três publicações ou produtos técnicos, um projeto para qualificação e um produto final. A produção científica e técnica se organiza a partir de uma área de concentração “Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos” e duas linhas de pesquisa, sendo elas: “Efetividade das decisões judiciais e Direitos Humanos” e “Instrumentos da Jurisdição, acesso à Justiça e Direitos Humanos”

AUTOAVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

A autoavaliação na esfera dos programas de pós-graduação é prevista no ano de 2018 pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal para o ensino Superior (Capes)¹. Considerada como uma tendência mundial pois estimula a construção da identidade e respeita a heterogeneidade dos programas avaliados. Seu desenvolvimento deve ser sistemático e contínuo visando estimular a aproximação das partes envolvidas (avaliador-avaliado) e permitir o aprofundamento contextualizado e qualitativo.

¹ Relatório CAPES Grupo de Trabalho - Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação, 2019

A Capes não impôs um modelo de autoavaliação, ao contrário, cabe a cada programa propor um delineamento capaz para apreender os aspectos próprios a sua missão e seus objetivos, incluindo necessariamente, os elementos de inserção no contexto social no qual está inserido e outras aspectos específicos tais como, as escolhas científicas específicas.

A autoavaliação constitui na perspectiva prática, movimentar um processo contínuo de identificar os pontos fortes e as potencialidades, além de listar os pontos a melhorar e prever oportunidades (estratégias) e metas para enfrentamento. Neste sentido é que é indicado a elaboração de um Planejamento Estratégico (PE)

Enquanto técnica, o PE analisa as variáveis do contexto de atuação tendo em vista adequar as dificuldades e agir para reorganiza as competências e aptidões de modo a constituir um caminho ótimo para alcançar novos patamares de resultados, como projetado no PE como visão de futuro.

O Colegiado do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos reunido em 12 de março 2021 instituiu as Comissões de Autoavaliação (CAA)² e de Planejamento Estratégico (CPE) para a realização das ações necessárias à : a) implementação do processo autoavaliativo (reflexivo) e b) sistematização do planejamento estratégico para o período de 2022-2026

As duas comissões presididas pelo mesmo docente permitiu que a CAA atuasse como dimensão operativa para realização do diagnóstico conduzido processualmente como um produto de final de curso de uma aluna do Programa apoiado pelos demais membros da CAA tendo suas ações convalidadas pelos membros da banca avaliadora do trabalho.³ Portanto, este PE resulta da escolha

² Composição da Comissão de autoavaliação indicada como nota de fim

³

MEMBROS COMISSÃO AUTOAVALIAÇÃO (CAA)

Docente e Coordenador do PPGJDH

Gustavo Paschoal Teixeira de Castro

Docente e Vice-coordenadora do PPGJDH

Patrícia Medina

Discente vinculada ao PPGJDH

Marcela Santa Cruz Melo

Discente egressa do PPGJDH

Rayka Oliveira Soares Valadares

de valorar os seus ativos endógenos a fim de desenvolvê-los e dar-lhe organicidade uma vez que a prática autorreflexiva já se constituía como processo orientador de tomada de decisões desde a criação da proposta do Programa no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) em 2011; em diversas oportunidades, desde 2013, foram realizados seminários avaliativos conduzidos por consultores convidados

O colegiado organizou os seguintes encontros sobre avaliação:

- 1- Em 2014- Encontro avaliativo com a condução dos trabalhos pelo Professor Doutor Antônio Carlos dos Santos ;
- 2- Em 2014 - Avaliação Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos – Uft/Esmat;
- 3- Em 2015 - Workshop Interdisciplinaridade nos Cursos Stricto Sensu; Antônio Carlos dos Santos
- 4- Em 2018- Encontro para avaliação sobre o alcance das ações do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos ; Professora Doutora Andreia Zanella
- 5- Em 2019- Perspectivas para Avaliação da Pós-Graduação: tendências e estratégias. Seminário I - Professor doutor Eduardo Winter, e Professor doutor Robert Verhine
- 6- Em 2020 - Avaliação, autoavaliação da CAPES e produções técnicas . Seminário II; Professor doutor Eduardo Winter.

Além desses encontros representantes da ESMAT e UFT participaram efetivamente de todos os SEMINÁRIO MEIO TERMO realizados pela CAPES.

A estrutura do Planejamento Estratégico 2022-2026 está organizada a partir dos seguintes elementos: Missão, Princípios Orientadores, Visão, Metodologia utilizada para o desenho do Planejamento Estratégico, Análise de situação: diagnóstico estratégico reunido a partir das dimensões Pontes Fortes, Pontos Fracos, Principais Oportunidades e Principais Ameaças e o Plano de Ação desdobrado a partir das áreas estratégicas da Capes, objetivos estratégicos, metas e estratégias.

ANÁLISE DE SITUAÇÃO – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Equipe técnica do PPGPJDH

Eugênia Paula Meireles Machado e a partir de 2021 Sonia Claudia Bezerra Sales

Membros das bancas de qualificação e defesa da Pesquisa que funcionaram com avaliadores ad doc , Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares professor do PMPJDH Prof. Dra. Karylleila dos Santos Andrade Diretora de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFT e Prof. Dra. Magda de Lima Lúcio da UnB.

MISSÃO

Formar pesquisadores para desenvolver estudos científicos interdisciplinares, a fim de melhorar o acesso à justiça, possibilitar a efetividade da prestação de serviços e garantir a observância aos direitos humanos.

PRINCÍPIOS ORENTADORES

Participação social	O envolvimento de diferentes atores do programa possibilita: a) identificar problemas e possíveis soluções e b) estabelecer a corresponsabilidade no processo de planejamento, implementação, avaliação e impactos.
Sustentabilidade	Favorecer a continuidade das ações, considerando diferentes dimensões (política, econômica e social).
Qualidade	Beneficiar o acompanhamento contínuo e permanente acerca da qualificação das ações executadas.
Desenvolvimento	Comprometer-se com um esforço contínuo, revendo metas de aperfeiçoamento.
Transparência	Agilizar a comunicação e divulgação dos resultados.
Conscientização	Enaltecer o papel da autoavaliação para o programa, destacando o papel dos envolvidos neste processo e as consequências para a prestação jurisdicional e dos direitos humanos no contexto da Amazônia legal.

VISÃO

Tornar-se referência na formação de profissionais envolvidos na prestação jurisdicional e direitos humanos na Região Norte do Brasil, até 2026.

METODOLOGIA APLICADA AO DESENHO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O processo de sistematização do Planejamento Estratégico 2022-2026 no âmbito do programa começou sua constituição em mesmo dia e reunião de Colegiado, 12 de março de 2020 das Comissão de Autoavaliação e da Comissão de Planejamento Estratégico momento em que o Colegiado atribuiu à primeira comissão o processo de coordenação das etapas necessárias ao diagnóstico e à segunda a construção estratégica do documento.

Assim, a CAA inventariou os pontos fortes e sensíveis institucionais da UFT e da Esmat a fim de levantar propostas factíveis de ação e correção de rumos e para isso, o primeiro passo dado foi a leitura e análise de um conjunto de documentos produzidos pela Capes que perpassavam a temática, elencados nas referências, e os Planos Estratégicos UFT 2020-2025 e Tribunal de Justiça 2021-2026.

De modo concomitante, a CAA acompanhava a construção e a tabulação dos resultados do diagnóstico conduzido pela pesquisa Autoavaliação Estratégica: contribuições para o mestrado profissional e interdisciplinar em prestação jurisdicional e Direitos Humanos⁴. Do conjunto articulado dos dados internos e da leitura de cenários realizados pelas parceiras para construção dos Planejamentos Estratégicos institucionais, combinado com estudo apurado dos documentos de área da Capes, o levantamento sistemático de todas as atas de Colegiado para inventariar as sugestões apresentadas por docentes, coordenação, representantes da Esmat e alunos, foi elaborado o plano de ação com objetivos e estratégias.

A pesquisa, na sua dimensão diagnóstica, foi conduzida visando a obtenção de dados para cada área estratégica da avaliação propostas pela Capes: Formação, Produção Acadêmica e Inserção local, regional e internacionalização.

ANÁLISE DE SITUAÇÃO – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Esta seção apresenta o diagnóstico do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos organizado a partir de dimensões como Pontes Fortes, Pontos Fracos, Principais Oportunidades e Principais Ameaças.

PONTES FORTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

1. Qualidade do corpo docente em relação à titulação, diversificação na formação, aprimoramento e experiência no ensino e na condução de pesquisas e orientações;
2. Infraestrutura para realização das atividades de ensino, ambientes de estudo e orientação, recursos tecnológicos de apoio ao ensino, acervo bibliográfico numeroso e atualizado; equipe de apoio-técnico disponibilizados pela parceira Esmat.
3. Percentual de docentes permanentes em atuação na docência em nível de graduação.
4. Grupos de Pesquisa que com participação de alunos de graduação e pós-graduação e egressos.

⁴ Conduzida por Marcela Santa Cruz Melo como aluna do PMPJDH

5. Composição de bancas com presença de avaliadores externos ao Programa que são referências nos temas em avaliação das bancas
6. Docentes em atuação em Editorias científicas e comissões editoriais externas a Universidade
7. Docentes com experiência em atuação na gestão universitária e condução de atividades de extensão
8. Expressivo número de alunos que realizam suas defesas no prazo de 24 meses
9. Significativo percentual de trabalhos de conclusão que resultam em publicação
10. Alto percentual de discentes e egressos que publicam em coautoria com docentes
11. Aderência dos trabalhos de final de curso em relação as áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa
12. Inserção local, regional do programa e dos produtos desenvolvidos em consonância com o objetivo geral do Programa
13. Oferta de disciplinas realizadas por dois professores com formação distintas

PONTOS FRACOS DO PROGRAMA

1. Existência de currículos lattes de docentes e discentes desatualizados e incompletos
2. Incipiente Internacionalização e inserção internacional⁵ (direta) do Programa
3. Baixa reconhecimento por docentes e alunos acerca da mensuração e acompanhamento de impactos dos produtos desenvolvidos
4. Ementários e referências desatualizados
5. Baixa efetividade dos contatos potenciais e acordos de cooperação nacionais e internacionais;
6. Baixa produtividade em Qualis superior
7. Baixa aderência das dissertações e produtos às linhas de pesquisa e áreas
8. Baixo índice de produção técnica
9. Baixo impacto e caráter inovador da produção intelectual e técnica.
10. Produção técnica e intelectual dos professores exclusivamente atrelada à produção dos alunos

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

1. Participação em tomada de decisão nas políticas de direitos humanos e prestação jurisdicional dos municípios do Tocantins, por meio representação do PMPJDH em conselhos;
2. Possibilidade de intercâmbio de cooperação científica com instituições acadêmicas do exterior;

⁵ Na perspectiva objetiva do termo, pois em perspectiva ampla, todo e qualquer encaminhamento dado no âmbito da Amazônia Legal, foco do programa, tem consequências internacionais.

3. Possibilidade de intercâmbio de alunos com instituições e atividades acadêmicas dentro e fora do estado do Tocantins;
4. Articulação de pesquisas realizadas no PMPJDH com programas de extensão desenvolvidos pelos cursos das áreas de Humanas e Sociais Aplicadas da UFT e demais IES do Estado;
5. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação sensível aos problemas da Pós-graduação como um todo e atuação no sentido de contribuir para capacitar equipes e desenvolver processos para resolução de problemas;
6. Grande acervo de produtos potenciais a serem desenvolvidos e implementados a partir dos produtos conclusos, disponíveis no repositório institucional - pelo PMPJDH e outros da UFT que apresentam cenários já diagnósticos possibilitando atuam de intervenção na prestação jurisdicional e direitos humanos;
7. Existência de potenciais alunos nos cursos de graduação da UFT e demais IESs da região com interesse em ingressar no Programa.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

EXTERNAS

1. Desqualificação da atuação das Universidades Federais pelo governo central;
2. Percepção de ausência de política nacional para a pós-graduação brasileira;
3. Crise da Capes (planos políticos, legislações e restrições).

INTERNAS

- 1) Excesso de burocracia e procedimentos do setor de convênios desestimulam ações de internacionalização e ampliação de parcerias com outras IES;
- 2) Ausência de equipes de apoio à divulgação visando dar visibilidade às pesquisas científicas produzidos pelo PMPPJDH;
- 3) Complexos encargos administrativos e didáticos dificultam oferta articulada de disciplinas graduação e pós-graduação;
- 4) Baixa participação de professores e coordenação dos programas stricto sensu nos órgãos colegiados da UFT.

PLANO DE AÇÃO

Área Estratégica: **Formação**

Objetivo Estratégico: Melhorar a formação e a produção qualificada do PMPJDH em consonância com os planos estratégicos das instituições parceiras

Meta 1: Elevar para 99% o percentual de defesa dos trabalhos de final de curso dentro do prazo de 24 meses.

Estratégias

1.1 Definir, em calendário acadêmico, a partir de dezembro de 2022, os prazos máximo para qualificação e defesas;

1.2 Estabelecer, a partir de marco de 2023, procedimentos de monitoramento e acompanhamento a serem adotados por orientadores em relação aos prazos de qualificação e defesas dos seus orientandos;

1.3 Monitorar trimestralmente, junto aos professores e alunos, possíveis situação de atraso em relação a calendário proposto pelo orientador e regulamento no PMPJDH;

1.4 Implementar, até final de 2023, dispositivo de lembrete ao aluno de prazo de qualificação e defesa

1.5 Desenvolver mecanismo de produção de registro que permita conhecer a situação (profissional e pessoal) dos alunos vinculados ao programa, até dezembro 2024, tendo em vista colaborar no processo de gestão do tempo e ou identificação de potenciais articulações que resultem em atuação colaborativa e conclusão nos prazos

Meta 2: Assegurar condições para a apropriação, por parte de docentes e discentes das tecnologias e procedimentos envolvidos na pesquisa.

Estratégias

2.1 Promover, no prazo de um ano, em regime de cooperação com a Propesq, a oferta de oficinas de preenchimento da Plataforma Lattes, ORCID, Plataforma Brasil e conhecimento sobre aspectos éticos nas pesquisas, para os alunos do PMPJDH;

2.2 Promover, anualmente reuniões ampliadas com os professores para discussão das tecnologias recentes envolvidas na pesquisa brasileira que tenham repercussão na avaliação pela CAPES;

2.3 Prever, em todas as reunião de Colegiado, a participação, com exposição de resultados , da Comissão de Autoavaliação (CAA) tendo em vista o acompanhamento e melhoria da formação no âmbito do PMPJDH;

2.4 Monitorar, anualmente, o preenchimento da Plataforma Lattes;

2.5 Promover o conhecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua integração aos objetivos das pesquisas e consequente atingimentos dos objetivos estratégicos das instituições parceiras UFT e Esmat;

2.6 Determinar, após discussão colegiada, percentual de produção intelectual e/ou técnica, do corpo docente permanente, desatrelada dos orientando.

Meta 3: Promover o resgate de pelo menos 80% dos egressos quanto à participação das atividades do Programa.

Estratégias

3.1 Promover cursos de capacitação-atualização para os egressos (tutoria, docência orientada ao ensino híbrido e outros);

3.2 Condecorar, anualmente, os egressos que se destacam na atividade profissional, desde que vinculados aos resultados das pesquisas;

3.3 Diversificar ações do Congresso Internacional em Direitos Humanos, a partir de 2023, de modo a ampliar a participação dos egressos na organização e condução de atividades (desde que não comprometa a avaliação) bem como com a participação com apresentação de seus trabalhos;

3.4 Estimular, a partir do segundo semestre de 2023, a participação dos egressos no desenvolvimento de disciplinas , na forma de monitoria ou diretamente com conteúdos e relatos.

Meta 4: Ampliar o impacto dos produtos desenvolvidos no programa

Estratégia:

4.1 Instalar Comitê para estudar e propor medidas para melhorar a inserção social dos produtos desenvolvidos desde a turma 1;

4.2 Realizar, ao menos, um evento anual para dar visibilidade às pesquisas e aos produtos em desenvolvimentos e desenvolvidos pelo Programa.

Meta 5: Aperfeiçoar a formação e ampliar o nível da satisfação dos alunos e egressos com a formação adquirida no Programa

Estratégia:

5.1 Desenvolver e implementar, com a colaboração de alunos, egressos e professores, sistemática de avaliação dos componentes curriculares desenvolvidos no Programa, até fevereiro 2024;

5.2 Revisar e manter atualização de ementas e referência, anualmente;

5.3 Organizar a oferta de disciplinas com dois professores de áreas distintas, obrigatoriamente;

5.4 ESTABELECE CRITÉRIOS e estratégias de acompanhamento de modo que dissertações e os produtos técnicos mantenha aderências com linhas de pesquisa e áreas.

Área Estratégica: **Produção Acadêmica**

Objetivo Estratégico: Melhorar os índices de produção técnico-científica qualificada de docentes, discentes e em coautoria.

Meta 6: Promover atividade formativa para 100% dos alunos ingressantes em cada turma e 100% dos professores acerca dos produtos previstos no documento Produção Técnica Capes e estratégias de divulgação científica.

Estratégias

6.1 Promover anualmente, seminário para ampliar a compreensão, pelos alunos e professores das características e potencialidades e complexidade de uns produtos técnicos previstos pela Capes;

6.2 Produzir manual didático sobre características e potencialidades dos produtos técnicos Capes e disponibilizar na página do curso;

6.3 Promover anualmente encontro docente sobre os produtos técnicos produzidos e implantados , avaliando o impacto na melhoria da prestação jurisdicional e defesa dos direitos humanos;

6.4 Estabelecer estratégias de formação, acompanhamento e controle sobre produção técnica de modo a ampliar índice de 15% para 25% até 2024.

Meta 7 Elevar gradualmente o percentual de publicação discente e docente resultante de trabalhos de conclusão de curso.

Estratégias

7.1 Disciplinar, no âmbito do PMPJDH, a obrigatoriedade de:

a) Os discentes comprovarem pelo menos submissão de trabalhos, a partir de resultados parciais e finais de suas pesquisas, em estratos superiores do Qualis, em coautoria (docente-discente) para obtenção de certificado final;

b) os docentes comprovarem, a publicação de trabalhos vinculados às linhas de pesquisa do programa.

7.2. Oferecer, anualmente, pelo menos uma atividade de incentivo à produção acadêmica qualificada.

Meta 8: Elevar o percentual de discentes e egressos com publicação de artigos em Periódicos com Qualis superior em coautoria com o docente.

Estratégias:

- 8.1 Implementar o aproveitamento de crédito com a publicação de artigo Qualis A3 ou superior, em coautoria com docentes;
- 8.2 Estimular a participação de discentes em Congressos com apresentação de trabalho;
- 8.3. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a escrita acadêmica, por meio de ofertas de oficinas;
- 8.4 Divulgar, até outubro de 2023, entre discentes, Manual de normas para trabalhos acadêmicos (inclusive artigos) da Universidade Federal do Tocantins;
- 8.5. Fomentar, semanalmente, por meio das redes sociais, práticas colaborativas de produção acadêmica qualificada entre docentes e discentes e a divulgação científica;
- 8.6 Induzir processo contínuo de autoavaliação, por meio de instrumentos de avaliação ou procedimentos que orientem as dimensões a serem fortalecidas, até dezembro de 2023.

Meta 9 Melhorar a distribuição de orientações em relação aos docentes do Programa e estimular a Coorientação.

Estratégias:

- 9.1 Disciplinar em Regimento, sem prejuízo da regulamentação da Pós-graduação da Universidade, o número mínimo e máximo de orientações por docente, atento às recomendações da Capes;
- 9.1 Induzir processo de distribuição equânime de orientações no âmbito do Programa;
- 9.2 Induzir, que 50% das orientações sejam obrigatoriamente coorientadas por professores colaboradores e professores de outros programas, até ingresso da turma 12.

Área Estratégica: Inserção local, regional e internacionalização

Objetivo Estratégico: Fomento de parcerias, flexibilização de processos, visibilidade do programa

Meta 10 Melhorar os índices de internacionalização e inserção local, regional e nacional do Programa.

Objetivo Estratégico: Fomentar parcerias, flexibilização de processos, visibilidade do programa

Estratégias:

10.1 Implantar, com a articulação da Propesq e com o Departamento de Comunicação da UFT e da Esmat, canais de divulgação de pesquisas realizadas e produtos desenvolvidos pelo PMPJDH;

10.2 Participar do próximo edital da Rádio UFT FM (2023-2024) com um programa que amplie visibilidade-impacto dos produtos desenvolvidos no PMPJDH;

10.3 Realizar, até junho 2023, seminário interno para desenvolver plano estratégico de internacionalização;

10.4 Colocar em prática ações bilaterais com as instituições parceiras , nacionais e internacionais, dando efetividade às parcerias firmadas de modo a consolidar a internacionalização do Programa.

ACOMPANHAMENTO DO PLANO

Anualmente, na primeira reunião do Colegiado, para estabelecimentos de responsabilidades e semestralmente em reunião exclusiva com finalidade de monitorar atingimento das metas.

REFERÊNCIAS

CAPES. Sobre a CAPES. **Net**, 2020. Ministério da Educação. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>

CAPES. História e missão. **Net**, 2011. Ministério da Educação. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>

CAPES. **Ficha de Recomendação – APCN**. 2012. Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Disponível em: <https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/>

CAPES. **Avaliação de Mestrado Profissional**. 2019. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e> >. Acesso em: 2 jan. 2020.

CAPES. **GT Impacto e Relevância Econômica e Social**. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf>. Acesso em 1 março 2021.

CAPES. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação**. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf> Acesso em 26 nov. 2020

CAPES. **Avaliação multidimensional de programas de Pós-graduação**. 2019c. Disponível em <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/23072020-dav-multi-pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

CAPES. **Documento de área: ensino**. 2019d. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf> . Acesso em 10 set. 2021.

CAPES. **Portaria nº 080, de 16 de dezembro de 1998**. Disponível em: <<https://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf> > Acesso em: 10 set. 2019.

CAPES. **Produção Técnica**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf> Acesso em 1o março 2021

CAPES. **Egressos da Pós-Graduação: Áreas Estratégicas**. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/19122018-cartilha-dav-egressos-pdf> /Acesso em 1 março de 2021

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPg 2011-2020 (Vol. 1)**. Brasília: CAPES.

CAPES. **Documento de Área 45 Interdisciplinar**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/cntrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf> Acesso em: 30 jul. 2020.

CAPES. **Relatório Técnico da DAV. Egressos da Pós-graduação. Áreas estratégicas**. Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2020/07/19122018_cartilha-dav-egressos.pdf Acesso em 30 out. 2020

CAPES. **Planejamento Estratégico**. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/acesso-a-informacao/planejamento-estrategico> Acesso em 2 jul. 2021.

ESMAT- Planejamento estratégico e PDI .

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - Planejamento Estratégico e PDI .

UFT - Planejamento Estratégico e PDI .

